

BOLETIM INFORMATIVO

A REVISTA DO SISTEMA

SISTEMA FAEP



Ano XXXV nº 1505 | 03/02/2020 a 09/02/2020

Tiragem desta edição 26.000 exemplares



AGILIDADE

DESCOMPLICA RURAL

Lançado na Assembleia Geral da FAEP, programa estadual
irá desburocratizar o processo de licenciamento ambiental

sistemafaep.org.br

Aos leitores

O ano de 2020 não poderia começar melhor para os produtores rurais paranaenses e também para a sociedade do Estado. Isso porque, entre tantos importantes assuntos debatidos na Assembleia Geral da FAEP, a reunião com os presidentes dos sindicatos rurais foi palco para o lançamento do Programa Descomplica Rural, que você pode conhecer em detalhes na matéria de capa deste informativo.

O nome não poderia ser mais adequado com o propósito. Por meio de uma série de medidas e legislações, o programa irá agilizar os processos de licenciamento ambiental visando a continuidade e/ou implantação de empreendimentos rurais no Estado. Ou seja, o propósito é descomplicar e desburocratizar a viabilidade dos negócios no campo. Como o próprio governador Carlos Massa Júnior disse na ocasião, e o presidente da FAEP, Ágide Meneguette, fez coro, o objetivo é não atrapalhar quem quer investir no Paraná.

E aí está o ganho para sociedade. A partir da continuidade dos empreendimentos já instalados, com renovação das licenças, e a abertura de novos existe a certeza da geração de empregos e, claro, de riquezas para o Paraná. A medida, que teve participação direta do setor produtivo (inclusive da FAEP) na sua construção, o Descomplica traz uma enorme expectativa de que o ano, que começou com uma ótima novidade, será recheado de conquistas para o campo.

Boa leitura!

Expediente

• FAEP - Federação da Agricultura do Estado do Paraná

Presidente: Ágide Meneguette | **Vice-Presidentes:** Guerino Guandalini, Francisco Carlos do Nascimento, Oradi Francisco Caldatto, Ivo Pierin Júnior, Valdemar da Silva Melato e Nelson Natalino Paludo | **Diretores Secretários:** Livaldo Gemin e Mar Sakashita | **Diretor Financeiro:** Paulo José Buso Júnior | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olímpio Santoroza, Ciro Tadeu Alcantara e Ana Thereza da Costa Ribeiro | **Delegados Representantes:** Ágide Meneguette, Julio Cesar Meneguetti e Mario Aluizio Zafaneli

• SENAR-PR - Administração Regional do Estado do PR

Conselho Administrativo | Presidente: Ágide Meneguette | **Membros Efetivos:** Marcos Junior Brambilla - FETAEP, Rosanne Curi Zarattini - SENAR AC, Darci Piana - FECOMÉRCIO e Nelson Costa - OCEPAR | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olímpio Santoroza, Paulo José Buso Júnior e Carlos Alberto Gabiatto

• BOLETIM INFORMATIVO

Coordenação de Comunicação Social e Edição: Carlos Guimarães Filho | **Redação e Revisão:** André Amorim, Antonio Carlos Senkovski, Bruna Fioroni e Felipe Anibal | **Projeto Gráfico e Diagramação:** Fernando Santos, Robson Vilalba e William Goldbach | **Contato:** imprensa@faep.com.br

Publicação semanal editada pela Coordenação de Comunicação Social (CCOM) da FAEP e SENAR-PR. Permitida a reprodução total ou parcial. Pede-se citar a fonte.

Fotos da Edição 1505:

Fernando Santos, William Goldbach, AEN, Divulgação, Arquivo FAEP e Shutterstock.

ÍNDICE



UNIÃO DO SETOR

Assembleia Geral da FAEP reúne lideranças do agronegócio, elenca vitórias de 2019 e desafios para 2020

PÁG. 4

MENOS BUROCRACIA

Iniciativa do governo do Estado, anunciada na Assembleia Geral da FAEP, simplifica emissão de licenças ambientais

Pág. 8

AFTOSA

Com a busca do novo *status* sanitário, Paraná fecha fronteiras para gado de fora. Conheça as novidades

Pág. 14

LÁCTEOS

Representante da FAEP assume Câmara Setorial do Leite do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Pág. 20

ENTREVISTA

Novo dirigente da Aliança Láctea Sul Brasileira fala ao Boletim Informativo sobre perspectivas para o setor

Pág. 22

AGROQUÍMICO

Uso de produtos ilegais pode trazer prejuízos econômicos, ambientais e à saúde do produtor rural

Pág. 26

Sindicato de Campo Mourão homenageia ex-presidente

Espaço de eventos recebeu o nome de Nelson Teodoro de Oliveira, falecido em maio de 2019, que estava na presidência da entidade desde sua fundação



Familiares, autoridades sindicais e políticas participaram da homenagem

O Sindicato Rural de Campo Mourão renomeou o seu espaço de eventos, Recanto do Criador, em homenagem póstuma ao ex-presidente Nelson Teodoro de Oliveira. O dirigente ocupou o cargo por 51 anos, desde a fundação da entidade em 1968 até seu falecimento, em maio do ano passado. A construção do espaço foi um projeto idealizado por Oliveira.

O descerramento da placa que oficializou a mudança aconteceu no Jantar dos Associados em Campo Mourão, em dezembro de 2019. Na cerimônia, além de associados e diretoria do Sindicato, estiveram presentes o vice-presidente da FAEP e presidente do Sindicato Rural de Mandaguaçu, Francisco Nascimento, o presidente da Coamo, José Aroldo Gallassini, o prefeito de Campo Mourão, Tauillo Tezelli, o presidente da Câmara de Vereadores, Olivino Custódio, o deputado federal Rubens Bueno, o deputado estadual Douglas Fabrício, além de familiares de Nelsinho, como a esposa Sônia Pessa e os filhos Luiz Sérgio e Luiz Cláudio.

A proposta de renomeação do espaço de eventos foi aprovada por unanimidade, devido à dimensão do trabalho realizado pelo ex-presidente no Sindicato Rural de Campo Mourão, que ajudou a fundar a entidade e atuou para o desenvolvimento do agronegócio da região. O espaço inaugurado em julho de 2005 com capacidade para 320 pessoas está localizado no Parque de Exposições do município. O local atende eventos, reuniões e treinamentos dos associados e agropecuaristas, além de estar disponível para locação a comunidade, gerando renda para o Sindicato.

“O Recanto do Criador era motivo de satisfação para o Nelsinho, pois ele sempre esteve presente no projeto como idealizador e mentor. Essa é uma forma de homenageá-lo e perpetuar seu nome”, conta o atual presidente do Sindicato de Campo Mourão, Nery José Thomé. “Nelsinho sempre teve um viés em prol do associativismo e corporativismo, uma característica marcante dele. Ele era um abnegado pela agricultura e pela causa do agronegócio, um nome que marcou a região, o Estado e o Brasil”, complementa.

Nelsinho, como era conhecido pelos amigos e lideranças sindicais, também foi vice-presidente da FAEP e um dos fundadores da Coamo, maior cooperativa da América Latina, permanecendo no conselho de dirigentes desde o início. Além da atuação como sindicalista e líder rural na região, Oliveira também deixou um legado no agronegócio nacional. Enquanto vice-presidente da FAEP, atuou em prol de importantes bandeiras para os agricultores e pecuaristas, como a implantação de transgênicos, atualização do Código Florestal e derrubada dos confiscos do café e da soja.

“Nelsinho foi um grande companheiro de luta junto aos produtores rurais, participando ativa e diretamente de muitas conquistas do agronegócio. Foi uma honra trabalhar pelo campo ao lado dele durante todos esses anos. É um nome que deve ser sempre lembrado, portanto, uma homenagem como essa é mais do que merecida”, diz Ágide Meneguette, presidente da FAEP.

2020: uma nova safra de conquistas

Na Assembleia Geral da FAEP, participantes lembraram conquistas de 2019 e renovaram estratégias para este ano

Assim como nas propriedades rurais, nas quais as safras se renovam de tempos em tempos, isso também acontece constantemente na FAEP. Uma vez por ano, presidentes de sindicatos rurais de todas as regiões do Estado se reúnem, junto com colaboradores e a diretoria da entidade, em uma Assembleia Geral. A missão de todos é avaliar o ano anterior e planejar o futuro. Na edição de 2020, realizada no dia 27 de janeiro, em Curitiba, ficou claro que a colheita de conquistas de 2019 teve alta produtividade. Além disso, no que depender de quem esteve no encontro, este novo ano promete seguir em ritmo firme de novas realizações.

Ao todo, 106 presidentes de sindicatos rurais estiveram no evento. Na abertura, o presidente da FAEP, Ágide Meneguette, destacou a grande conquista de 2019: o fim da vacinação contra febre aftosa. A novidade irá abrir novos mercados no mundo para as proteínas animais produzidas no Paraná e gerar novos negócios, empregos e divisas. “O fim da vacinação contra febre aftosa foi, ao meu ver, o grande acontecimento de 2019 para o setor agropecuário do Paraná. A FAEP tem muito a ver com essa conquista, já que há mais de duas décadas vem peleando para que o Paraná tenha um confiável aparato de defesa sanitária animal”, recordou.

Meneguette também agradeceu o esforço de todos os presidentes por terem ajudado a mobilizar o campo e a participação nos eventos que aconteceram, ao longo de 2019, em prol da retirada da vacinação. “As ações para que o governo do Estado bancasse a iniciativa contou com a participação de muita gente, inclusive na grande manifestação realizada na audiência pública da Assembleia Legislativa do Paraná (Alep), no mês de agosto [de 2019]. E precedendo a audiência na Alep, foram realizados seis grandes encontros regionais, reunindo milhares de produtores rurais, em Pato Branco, Paranavaí, Cascavel, Guarapuava, Cornélio Procópio e Curitiba”, enumerou.



Assembleia: balanço de 2019 e debate de novas estratégias para 2020

O presidente da FAEP pontuou diversas outras conquistas, como, por exemplo, o desmembramento do Estado do restante do país em relação à Peste Suína Clássica. Além disso, Meneguette enfatizou grandes avanços na área ambiental. “A Secretaria do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo reeditou e melhorou consideravelmente as dimensões e prazos nos licenciamentos para produção agropecuária. A secretaria e a FAEP estão elaborando cartilhas sobre os assuntos tratados nas resoluções e que serão amplamente distribuídas entre os produtores rurais para que possam se beneficiar das novas regras ambientais”, citou.

Outro ponto importante elencado pelo presidente foi o Programa de Sustentabilidade Sindical, criado para oxigenar e dar condições de sobrevivência aos sindicatos, de forma que consigam maior representatividade perante os poderes constituídos e a sociedade. Foram diversos cursos, em parceria com o Sebrae-PR, incluindo uma etapa internacional, com o que há de mais moderno em relação às pesquisas na área de gestão de pessoas.

“A FAEP montou equipes de consultores para ajudar os sindicatos a elaborar Planos de Ação, visando atrair associados e resolver problemas financeiros. Essas equipes visitaram 120 sindicatos, em pelo menos quatro vezes, para acompanhar o desenvolvimento dos Planos de Ação e ajustá-los, quando necessário”, lembrou.



Presidente da FAEP, Ágide Meneguette, elegeu o fim da vacinação contra a febre aftosa como a grande conquista de 2019

Descomplica Rural

Uma parte da programação da Assembleia Geral ficou a cargo do governo estadual. O governador Carlos Massa Júnior foi ao evento da FAEP para lançar o Programa Descomplica Rural, que desburocratiza a liberação de licenças ambientais (leia mais nas páginas 8 a 12). O documento foi escrito a várias mãos, com participação do setor produtivo, inclusive a FAEP, que contribuiu diretamente em diversos pontos.

Seguro rural

Ainda, na Assembleia Geral, estiveram em pauta as ações do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) destinadas ao gerenciamento de riscos nas atividades agrícolas. O diretor do Departamento de Gestão de Riscos da Secretaria de Política Agrícola (SPA), Pedro Loyola, expôs os principais resultados de 2019 sobre o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro) e Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR). Na sequência, apresentou o Programa Agrogestão Integrada de Riscos (ProAgir), lançado em novembro do ano passado pelo Ministério, com o objetivo de integrar as iniciativas relacionadas à gestão de riscos e incentivar a contratação de seguro rural nas atividades agrícolas.

Segundo Loyola, o Mapa visa aperfeiçoar o seguro rural em todo o país como principal instrumento mitigador de riscos climáticos, dado que ainda existe uma grande concentração de apólices contratadas para um número reduzido de culturas e Estados. Entre as ações de promoção ao seguro rural estão a ampliação de regiões e culturas atendidas, investimento em peritos agrícolas e inserção de novas seguradoras e resseguradoras.

“São questões que impactam diretamente nos custos revertidos para o bolso do produtor. [...] A frequência de problemas climáticos tem aumentado nos últimos anos, o que também resulta em aumento nos preços das apólices. Para reduzir custos, é preciso massificar e diversificar as contratações”, afirmou Loyola, que anunciou quatro novas companhias de seguros habilitadas pelo Mapa a operar com o PSR, totalizando 15 seguradoras disponíveis para os produtores a partir de 2020.

Loyola também comentou sobre as novas regras de adesão ao PSR e citou a redução de subvenção do prêmio para algumas modalidades, como grãos de verão, e aumento para grãos de inverno, fruticultura, olericultura, florestas, aquicultura e pecuária. “Com as mudanças, tornaremos o seguro mais acessível e aumentaremos em 17% a capacidade do programa, atingindo a marca de 170 mil produtores contemplados”, aponta. De acordo com as estimativas apresentadas, dentro do orçamento de R\$ 1 bilhão para a safra 2020/21, serão 255 mil apólices contratadas, possibilitando a cobertura de 18 milhões de hectares e um valor segurado de R\$ 50 bilhões.

O aperfeiçoamento do Zoneamento Agrícola de Risco Climático (Zarc) também foi citado como uma das metas prioritárias do ProAgir, visto que é um instrumento indispensável à gestão de riscos da agricultura nacional. Entre as ações encaminhadas estão a modernização da metodologia de estudos, ampliação de atividades e regiões e implantação de platafor-



Pedro Loyola, do Mapa, tratou dos desafios para o seguro rural



Presidentes de sindicatos debateram sobre sustentabilidade sindical



Claudinei Alves, consultor da FAEP, conduziu dinâmica com participantes



mas digitais, como o aplicativo Plantio Certo, novo formato de divulgação de informações do Zarc cujo acesso pode ser feito por meio de *tablets* e *smartphones*, e o aplicativo ZarcPro, que irá indicar a produtividade estimada das lavouras. Para essas e outras ações relacionadas ao Zoneamento, segundo Loyola, existem recursos garantidos até 2022.

Anuidade sindical rural

O fortalecimento do associativismo rural vem sendo amplamente discutido pela FAEP, a exemplo do Programa de Sustentabilidade Sindical. Nesse sentido, a Assembleia Geral da FAEP aprovou, por unanimidade, a implantação de uma anuidade rural.

O gerente do Departamento Jurídico da Federação, Klaus Kuhnen, apresentou a proposta aos presidentes de sindicatos rurais presentes, que aproveitaram o momento para expor opiniões e esclarecer dúvidas. “É necessário que o sistema sindical esteja organizado em alguma modalidade de cobrança, visto que o modelo antigo está fadado a sucumbir, além de não haver autonomia para modificações”, elencou Kuhnen.

O novo modelo de cobrança tem como base os tamanhos das propriedades rurais em número de hectares, abrangendo uma escala com valores fixos. A distribuição se dá da seguinte forma: 5% do valor será repassado à Confederação Nacional de Agricultura (CNA), 30% à FAEP, sendo 15% referentes a taxas administrativas, e 65% ao sindicato rural.

A anuidade proposta foi aprovada, à princípio, para os municípios inorganizados, ou seja, onde não há representação por meio de sindicato rural. A aprovação para os demais ficará a cargo de cada sindicato, que receberão assistência da FAEP em caso de aderência à taxa.

“É imprescindível que o produtor entenda e reconheça a importância de participar do sistema sindical, que garante prestação de serviços a nível nacional e outras tantas ações, que são diretamente transferidas ao produtor rural”, frisou o assessor jurídico da FAEP.

Fluxo da FAEP

No dia seguinte à Assembleia Geral, os gestores de cada um dos nove departamentos do Sistema FAEP/SENAR-PR fizeram uma apresentação aos presidentes dos sindicatos rurais, em que explanaram sobre a estrutura, o funcionamento e a atuação de suas respectivas áreas. Com isso, os líderes sindicais puderam conhecer ainda melhor e de forma integral cada setor.

Sustentabilidade Sindical

A programação também incluiu uma palestra proferida pelo consultor da FAEP, Claudinei Alves, com conteúdo diretamente vinculado ao Programa de Sustentabilidade Sindical. Ao longo de sua apresentação, Alves conduziu uma dinâmica com o objetivo de que os líderes rurais refletissem sobre formas de os sindicatos atraírem ainda mais a participação e a colaboração de produtores, principalmente por meio da divulgação efetiva das conquistas e benefícios garantidos pelo Sistema FAEP/SENAR-PR.



Descomplica Rural: menos burocracia nos licenciamentos ambientais

Programa estadual, que visa dar segurança jurídica aos empreendimentos, teve participação direta da FAEP e outros integrantes do setor produtivo na sua elaboração

A partir de agora, os empreendimentos rurais terão mais agilidade nos processos de pedido de licenciamento ambiental para funcionarem. Isso porque, no dia 27 de janeiro, o governador do Paraná, Carlos Massa Júnior, assinou, durante a Assembleia Geral da FAEP, um protocolo de intenções do Programa Descomplica Rural. A iniciativa visa promover o desenvolvimento sustentável por meio de ações que garantam agilidade na concessão de licenciamentos ambientais.

Além de trazer mais segurança jurídica aos produtores rurais, outro ponto que contribui para o desenvolvimento do programa é o fato de que o setor produtivo teve participação direta na elaboração do projeto. Inclusive, a FAEP contribuiu ativamente na construção da iniciativa, que busca atender às necessidades dos setores econômicos produtivos, mantendo o alinhamento com a preservação ambiental (veja as principais mudanças nas páginas 10 e

11). Isso tornou possível levar às normas modificações que atendem reivindicações históricas para facilitar a implantação de investimentos no meio rural e, conseqüentemente, a geração de emprego no Paraná.

O lançamento do Programa Descomplica Rural ocorreu durante a Assembleia Geral da FAEP, que reuniu 106 presidentes de sindicatos rurais de todas as cadeias produtivas das mais diversas regiões do Estado (leia mais



“O Descomplica Rural irá dar melhores condições de trabalho. Ou seja, o governo irá fazer o favor de não atrapalhar os produtores”

**Ágide Meneguette,
presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR**

Lucro da Ferroeste

Ainda na Assembleia Geral da FAEP, o governador Carlos Massa Júnior destacou o fato de a Ferroeste, após 23 anos de prejuízo, registrar lucro de R\$ 453 mil em 2019. O resultado é fruto da movimentação de 1,1 milhão de toneladas de produtos transportados na malha ferroviária que liga Cascavel a Guarapuava.

“Pretendemos aumentar esse volume para 3 milhões de toneladas em 2020. Isso por meio de uma maior parceria com a Rumo”, destacou o governador. O acordo entre as duas empresas [Ferroeste e Rumo] já está firmado.

Ainda, para atender a crescente demanda do agronegócio, o governo estadual prevê o investimento de R\$ 1,6 bilhão em um corredor intermodal entre Cascavel e Foz do Iguaçu, com o lançamento do edital programado para 2021.

sobre a Assembleia nas páginas 4 a 7). O presidente da FAEP, Ágide Meneguette, enfatizou esse esforço conjunto que resultou no lançamento do plano de desburocratização. “O produtor vive em meio a um emaranhado de burocracia, pois precisa bater em várias portas para conseguir tocar o seu negócio. O Descomplica Rural irá dar condição de trabalho. Ou seja, o governo irá fazer o favor de não atrapalhar os produtores”, ressaltou.

Carlos Massa Júnior, que assinou, ao lado de Meneguette, o protocolo de intenções que prevê a aplicação do Descomplica Rural, destacou o fato da nova metodologia permitir a abertura de empreendimentos rurais em poucos

dias. “Processos que hoje levam três, seis meses, até um ano, serão feitos em poucos dias. E mais que isso, queremos tirar investimentos que estão na fila para que possam gerar empregos e riquezas e servir de exemplo para atrair novos investidores ao Paraná”, disse o governador.

“Momento histórico”

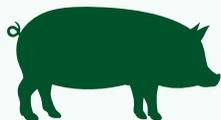
Márcio Nunes, secretário de Desenvolvimento Sustentável e do Turismo (Sedest), classificou o lançamento como um marco histórico. “Vivemos um momento único, no qual conseguimos sentar todos na mesma mesa, nossos técnicos com os técnicos de

sindicatos rurais, produtores e todos os nossos parceiros para unir esforço e escrever o Descomplica Rural”, enfatizou. “Esta é a primeira vez que surge um programa de governo com essa magnitude e que não é lançado em Palácio, mas junto com os produtores rurais. É um ato histórico, que reconhece o papel daqueles que querem investir no Estado do Paraná. O maior programa social que pode existir é a geração de empregos”, completou.

O presidente em exercício do Instituto Água e Terra (IAT), José Volnei Bisognin, também ratificou que o Descomplica Rural irá agilizar o processo de licenciamento ambiental no Paraná, inclusive tirando da fila cerca de 10 mil

Novas regras para a produção de proteínas animais

Veja como eram algumas regras para o licenciamento ambiental e como ficaram com o Descomplica Rural



Suinocultura



COMO ERA:

Não havia previsão de novos sistemas de criação.

Não havia previsão específica de prazos de validade das licenças para os empreendimentos.

COMO FICOU:

Instituiu sistemas de criação: unidade produtora de leitões desmamados; unidade de recria; unidade de terminação *wean to finish*; central de transbordo/relocação (crechário); central de transbordo/relocação (terminação); e unidade produtora de sêmen (UPS).

Prazos de validade das licenças:

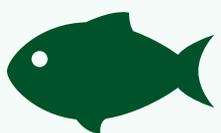
Licença Ambiental Simplificada:

até 6 anos, podendo ser renovada a critério técnico do órgão ambiental competente;

Licença Prévia: 2 anos, prorrogáveis por mais 2;

Licença de Instalação: 6 anos, não sendo passível de renovação;

Licença de Operação: 6 anos, podendo ser renovada.



Aquicultura e Maricultura



COMO ERA:

A regularização era realizada por meio da Licença de Operação para Regularização (LOR), independentemente do porte.

COMO FICOU:

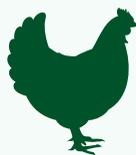
A regularização poderá ser realizada por meio da Licença de Operação para Regularização (LOR) ou da Licença Ambiental Simplificada (LAS), dependendo do porte.

pedidos em trâmite. “Irá facilitar muito a vida do homem do campo. Além de facilitar os pedidos de licenciamento ambiental, os prazos de operação foram dilatados, em alguns casos, em até dez anos, onde antes era de dois”, destaca Bisognin. Em 2019, mais de 30 mil licenças ambientais foram emitidas no Paraná.

O Programa

O Descomplica Rural pretende agilizar a liberação de licenças ambientais executando uma revisão criteriosa de normas e procedimentos da Sedest e entidades vinculadas. Uma das principais ações será a inserção do licenciamento dos empre-

endimentos que ainda são licenciados pelo Sistema Integrado Ambiental (SIA). Entre eles, estão: saneamento; cemitérios; fauna silvestre; geração, transmissão e subestação de energia; náuticos; minerários; rodoviários; aeroportos e aeródromos; atividades portuárias; transporte por dutos; além de obras diversas, como por exemplo



Avicultura



COMO ERA:

Área construída de confinamento (total em m²):

Micro - até 1.500 m² – dispensa de licenciamento

Mínimo - 1.501 a 2.500 m²

Prazos de validade das licenças:

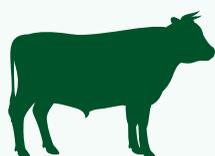
Licença Ambiental Simplificada:

6 anos, devendo a renovação ser requerida antes da data de sua expiração;

Licença Prévia: 2 anos, não prorrogáveis;

Licença de Instalação: 2 anos, podendo ser renovado;

Licença de Operação: 6 anos, podendo ser renovada.



Bovinocultura (leite e corte)



COMO ERA:

Para regularização do empreendimento não era possível renovar e ampliar a licença do empreendimento de uma única vez.

Não havia previsão específica de prazos de validade das licenças para os empreendimentos de bovinocultura na Portaria IAP 162/2018.

COMO FICOU:

Área construída de confinamento (total em m²):

Micro - até 6.000 m² – dispensa de licenciamento

Mínimo - 6.001 a 12.000 m²

Prazos de validade das licenças:

Licença Ambiental Simplificada:

até 6 anos, podendo ser renovada a critério técnico do órgão ambiental competente;

Licença Prévia: 2 anos, prorrogáveis por mais 2;

Licença de Instalação: 6 anos, não sendo passível de renovação;

Licença de Operação: 6 anos, podendo ser renovada.

COMO FICOU:

Licenças poderão ser solicitadas de forma unificada quando o prazo de vencimento da Licença de Operação em renovação for inferior a 1 ano.

Prazos de validade das licenças:

Licença Ambiental Simplificada:

até 6 anos, podendo ser renovada a critério técnico do órgão ambiental competente;

Licença Prévia: 2 anos, prorrogáveis por mais 2;

Licença de Instalação: 6 anos, sendo passível de renovação;

Licença de Operação: 6 anos, podendo ser renovada.

dragagem, canais para drenagem, retificação de curso de água, entre outros.

Outras frentes de trabalho abrangidas pelo programa serão a elaboração da resolução de pátio de caminhões; a revisão da Resolução CEMA 088/2013; a elaboração da resolução de piscicultura; a formulação da Portaria de regulamentação do Decreto 11.515/2018 – que dispõe sobre formas, prazos e procedimentos para a regularização ambiental das propriedades rurais no Estado do Paraná; entre outros.



Programa irá ajudar na diversificação e ampliação de negócios, avaliam produtores

O lançamento do Programa Descomplica Rural já animou produtores rurais a tirar do papel projetos de diversificação em suas respectivas propriedades. Geraldo Ferreira de Almeida, de Pinhão, na região Centro-Sul do Paraná, se dedica principalmente à bovinocultura de corte, com cerca de 200 animais. Ele planejava expandir seu negócio para a criação de tilápias e agora, com a desburocratização do processo de licenciamento, planeja ir adiante.

“Com o Descomplica, já deu uma animada para a gente investir. Vou fazer no curto prazo. Já na metade do ano, vou implantar quatro ou cinco tanques-rede, para começar a diversificação na piscicultura”, disse Almeida.

O produtor rural José Carlos Colombari, de São Miguel do Iguçu, também avalia que o programa deve incentivar

o início de novos negócios, principalmente de pecuaristas que querem apostar na diversificação e/ou na ampliação de seus negócios. Hoje, a família de Colombari já mantém uma propriedade diversificada, com agricultura, bovinocultura de corte e suinocultura (neste caso, com 5 mil animais). “Os filhos, agora, vão poder fazer os projetos deles. Com certeza, no futuro muito próximo, vamos ampliar, principalmente na suinocultura, aproveitando a simplificação do licenciamento”, disse.

Itacir Braun, de Nova Aurora, aponta que o antigo processo de licenciamento, por vezes, desestimulava o produtor rural. Ele menciona que a demora no processo de expedição de licenças e autorização de operação praticamente impedia que os pecuaristas se organizassem na instalação do próprio negócio. “O produtor acabava desanimando. Ele entrava com o pedido, que ficava meses parado. Quando ele achava que nem iria poder mais desenvolver a atividade, vinha a autorização. Aí tinha que voltar todo o planejamento de novo. Era um transtorno. Agora deve melhorar”, avaliou.

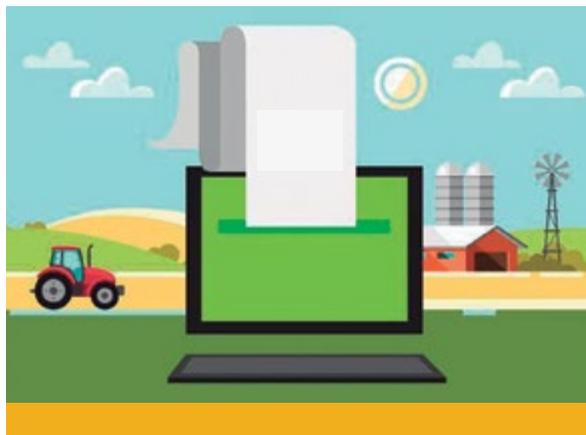
Posse em Araruna

No dia 14 de janeiro, ocorreu a posse da nova diretoria do Sindicato Rural de Araruna, na sede do Rotary Club do município, quando Estefano Bartchechen assumiu como presidente para a gestão do triênio 2020/23. Na ocasião, a confraternização reuniu mais de 80 pessoas, como o prefeito Cesar de Oliveira e o coordenador do Departamento Sindical da FAEP, João Lázaro.



Piso salarial do Paraná

No Paraná, o presidente do Conselho Estadual do Trabalho, Emprego e Renda (CETER), após reunião do órgão, publicou, em 20 de janeiro de 2020, a Resolução 368/2020, que reajusta o piso salarial estadual em 5,86%, índice 1,15 ponto percentual superior ao do reajuste federal. Assim, a partir de 1º de janeiro de 2020, a remuneração da categoria dos trabalhadores da agropecuária, florestais e de pesca passa a observar o piso salarial de R\$ 1.383,80. Esse novo valor atinge todos os trabalhadores da categoria que não são abrangidos por qualquer um dos 59 acordos ou convenções coletivas de trabalho vigentes neste momento e que abrangem 87 municípios paranaenses. Para mais informações ou esclarecimentos, basta procurar o sindicato rural local.



NFP-e prorrogada

A Receita Estadual do Paraná prorrogou a emissão de Nota Fiscal de Produtor eletrônica (NFP-e) para 1º de julho de 2020. Após esta data, os produtores rurais pessoas físicas do Estado terão que emitir o documento nas operações interestaduais. Nas operações internas, o produtor rural pode continuar utilizando a nota fiscal de produtor em papel, modelo 4. A nota eletrônica tem como benefícios a eliminação da prestação de contas na prefeitura, redução de erros na escrituração e a facilidade de emitir o documento de qualquer lugar que possua um computador com acesso à internet. Além disso, o método reduz o consumo de papel, incentiva o uso de novas tecnologias e diminui os gastos públicos.

Foco de raiva

A Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar) confirmou, no fim de janeiro, focos de raiva nos municípios de Porto Rico e Tapira, ambas no Noroeste do Paraná. A doença, geralmente transmitida por morcegos, foi constatada em rebanhos bovinos. A recomendação é para que todos os produtores rurais num raio de 12 quilômetros dessas propriedades vacinem seus rebanhos. Para saber se a propriedade está na área de abrangência, os agropecuaristas da região devem procurar uma unidade da Adapar. Os endereços estão disponíveis no site www.adapar.pr.gov.br.

Paraná fechado à aftosa e aberto a novos negócios

Desde o dia 6 de janeiro está proibida a entrada de bovinos e bufalinos para permanecerem vivos no Estado. Ingresso para abate imediato ou passagem pelo território estão autorizadas



Por Antonio C. Senkovski

O Paraná está de portas fechadas para a entrada de bovinos e bufalinos vindos de outros Estados que vacinem seus rebanhos contra a febre aftosa (com exceção daqueles que serão abatidos ou apenas cruzarão o território). A medida faz parte da série de etapas que precisam ser cumpridas pelas autoridades sanitárias para a conquista do reconhecimento internacional de área livre de febre aftosa sem vacinação, pela Organização Mundial da Saúde Animal (OIE). A expectativa é que, com os parâmetros técnicos dentro das exigências internacionais, a conquista do novo *status* sanitário pelo Paraná deva ser oficializada na assembleia-geral da instituição global em maio de 2021.

A partir do fim da vacinação, que ocorreu em outubro de 2019, e do fechamento da fronteira, o Paraná passou a ficar isolado sanitariamente do restante do país, no que diz respeito à febre aftosa. Com isso, em maio de 2020 – quando a última aplicação de vacinas contra a febre aftosa no Estado terá completado

um ano –, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) deve fazer um inquérito sorológico no rebanho paranaense, a fim de constatar que não há circulação viral no território. Com essa confirmação laboratorial, então, o Mapa poderá pedir à OIE que reconheça o Paraná como área livre de aftosa sem vacinação.

Fluxo de produtos

O gerente de saúde animal da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar), Rafael Gonçalves Dias, pondera que segue autorizada a entrada de derivados de bovinos e bufalinos e que também é possível o ingresso de cargas lacradas. Neste último caso, os animais vivos devem ser destinados, ou ao abate imediato, ou para cruzarem o território estadual (veja o infográfico na página 16 e 17).



Ouça o áudio da matéria no nosso site sistemafaep.org.br



CONFIRA O VÍDEO DA MATÉRIA

É fácil!

- Ligue a câmera do seu celular, aponte para o **QR Code**, acesse o link e assista. Caso não funcione, baixe um aplicativo leitor de QR Code.
- Ou assista ao vídeo da matéria no nosso site sistemafaep.org.br



Papel decisivo na conquista



O Sistema FAEP/SENAR-PR teve um papel decisivo na construção do sistema sanitário do Paraná nas últimas décadas. Desde os anos 1970, a entidade atua de forma efetiva nas ações que levaram o Estado a chegar no reconhecimento internacional.

Tudo começou lá atrás, na luta junto ao poder público, para melhoria na infraestrutura de estradas e energia elétrica. Isso possibilitou fazer vacinas e medicamentos chegarem mais rápido aos locais de produção e, depois, poderem ser mantidos refrigerados.

Já nos anos 1990, a FAEP e o SENAR-PR fomentaram a criação do Fundo de Desenvolvimento Agropecuário do Estado do Paraná (Fundeppec), que até hoje se mantém como um dos pilares mais sólidos para garantir a indenização de produtores no caso de animais precisarem ser sacrificados em ações de controle sanitário. Ainda na década de 1990, houve apoio à criação do Conselho Estadual de Sanidade Agropecuária, um exemplo de união de produtores e poder público.

Nos anos 2000, o Sistema FAEP/SENAR-PR auxiliou produtores e Estado a cumprirem todos os trâmites para o Paraná obter então o *status* de Área Livre de Febre Aftosa Com Vacinação. Desde então, auxiliou em ações de sanidade que exigiram seriedade e mobilização, como no controle do caso de febre aftosa por vínculo epidemiológico no Paraná.

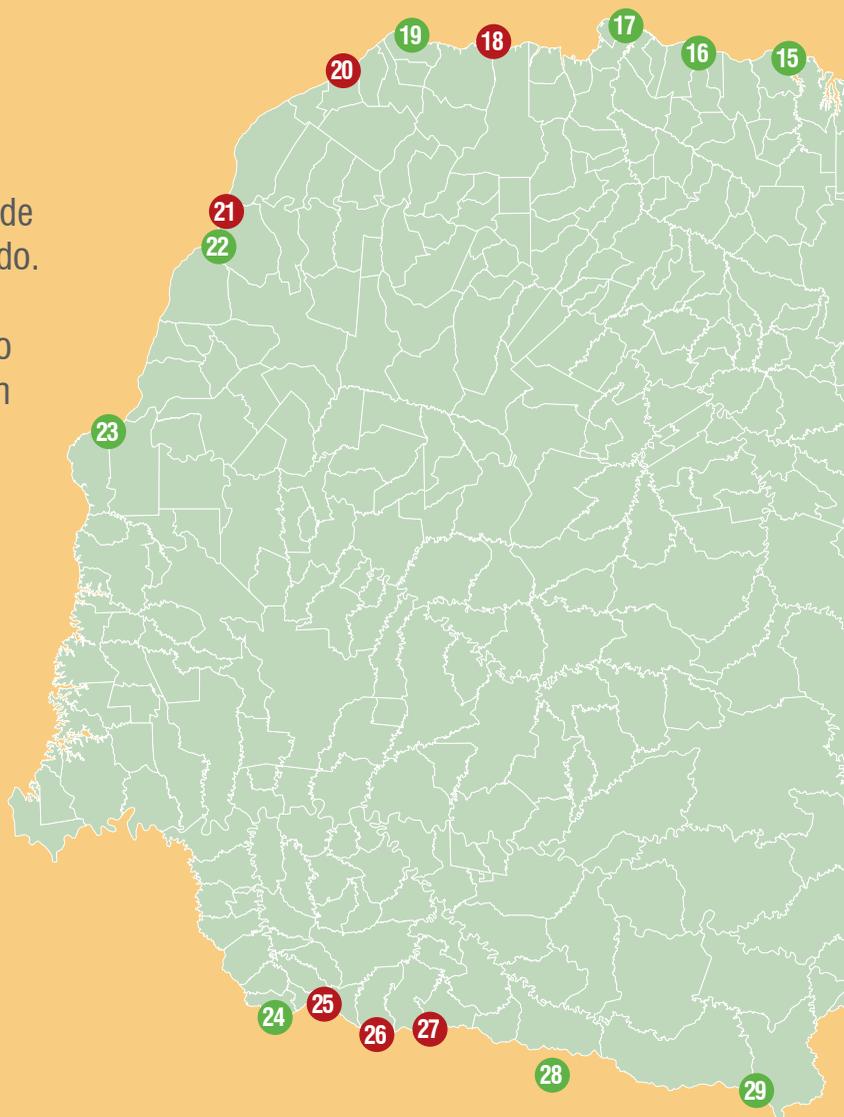
De 2018 em diante, começou um trabalho direto para avançar rumo ao reconhecimento do Paraná pela OIE. Um exemplo que demonstra o quanto o Paraná avançou nessa caminhada foi uma avaliação do Ministério da Agricultura que mostrou que o sistema sanitário estadual é o mais robusto do Brasil, melhor inclusive do que o de Santa Catarina, que já possui o reconhecimento de área livre de aftosa sem vacinação.

Em 2019, forneceu suporte para que fosse possível promover a última campanha de vacinação no Estado. Também foi importante na viabilização da construção de postos de fiscalização que faltavam para fechar o território estadual contra a doença.

E o trabalho continua, com uma série de ações junto aos produtores e órgãos públicos para garantir que todos os trâmites, no poder público e nas propriedades rurais, andem em sintonia para que seja possível coroar um trabalho de décadas na construção de uma sanidade robusta no Estado do Paraná.

Por onde entrar e sair

Com o fim da vacinação contra febre aftosa no Paraná, passou a ser controlada rigorosamente a passagem de animais suscetíveis* à doença no Estado. Confira no mapa quais são os pontos por onde podem (verde) e por onde não podem (vermelho) passar veículos com esse tipo de carga viva.



* os animais suscetíveis à febre aftosa são aqueles que possuem cascos fendidos, como bovinos, ovinos, suínos, caprinos, camelídeos, entre outros.

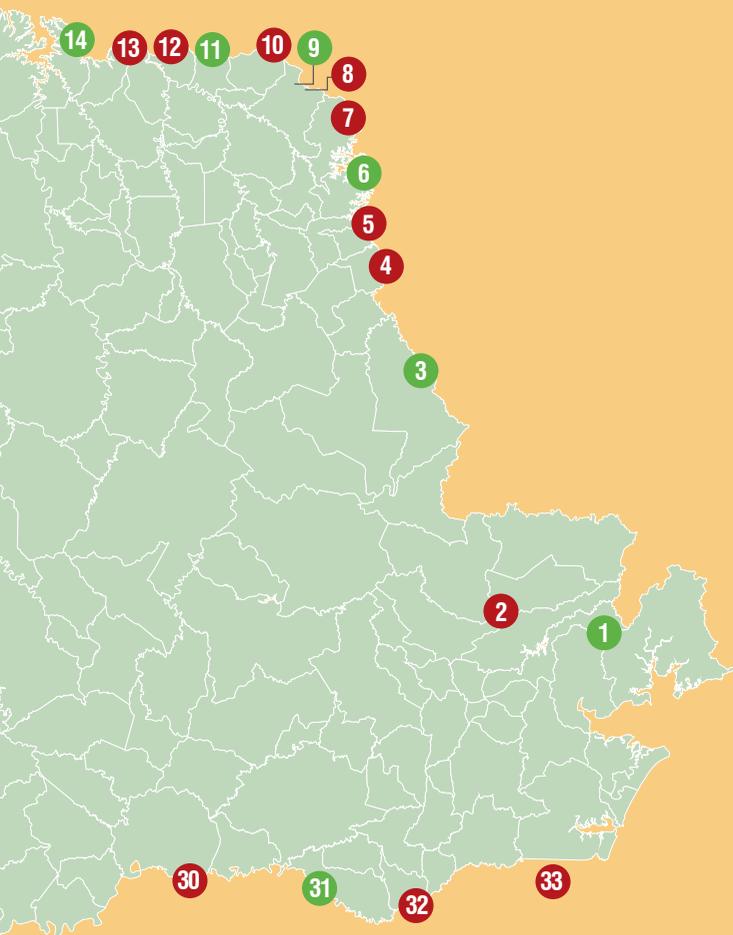
* bovinos e bufalinos de outros Estados que vacinam seus rebanhos não podem entrar e permanecer vivos no Paraná.

“Nesse momento de transição é importante destacar que não entra mais animais para cria, engorda, reprodução ou eventos. O produtor tem papel fundamental nessa etapa, atualizando sempre seus cadastros de rebanho duas vezes ao ano e notificando a Adapar qualquer caso suspeito de febre aftosa. Na dúvida, comunique”, aconselha o gerente da Adapar.

Para o presidente da Comissão Técnica de Bovinocultura de Corte da FAEP, Rodolpho Botelho, a função principal do produtor rural agora é trabalhar para garantir ao máximo a segurança sanitária do Paraná. “Os processos burocráticos e legislativos foram todos tomados. Agora, o próprio produtor precisa seguir dando sua contribuição para garantir essa questão sanitária, principalmente cumprindo as normas regulamentares e respeitando a legislação. Com isso, o Paraná conseguirá um grande

destaque, quer seja na produção, produtividade e na conquista de novas oportunidades de mercado”, pontua.

A sanidade do Estado depende da união, não apenas dos produtores de bovinos, mas de todos os pecuaristas, destaca o técnico do Departamento Técnico Econômico (DTE) da FAEP Guilherme Souza Dias. “A atualização do cadastro duas vezes por ano por todos os criadores de animais com fins comerciais, desde abelhas e peixes até caprinos e bovinos, é uma ação crucial para um controle efetivo da sanidade no Estado. É importante lembrar que aliado a isso há toda uma retaguarda prevista para indenizar produtores que porventura possam ter problemas sanitários. Portanto, qualquer anomalia deve ser comunicada imediatamente às autoridades sanitárias”, reforça.



Podem passar veículos



Não podem passar veículos

- 1 - Campina Grande do Sul
- 3 - Sengés
- 6 - Carlópolis
- 9 - Jacarezinho
- 11 - Andirá
- 14 - Sertaneja
- 15 - Porecatu
- 16 - Santo Inácio
- 17 - Itaguaí
- 19 - Diamante do Norte
- 22 - Alto Paraíso
- 23 - Guaíra
- 24 - Barracão
- 28 - Clevelândia
- 29 - General Carneiro
- 31 - Rio Negro

- 2 - Adrianópolis
- 4 - Santanta do Itararé
- 5 - Salto do Itararé
- 7 - Ribeirão Claro
- 8 - Jacarezinho
- 10 - Cambará
- 12 - Itambaracá
- 13 - Santa Mariana
- 18 - Terra Rica
- 20 - São Pedro do Paraná
- 21 - Querência do Norte
- 25 - Flor da Serra do Sul
- 26 - Marmeleiro
- 27 - Vitorino
- 30 - São Mateus do Sul
- 32 - Piên
- 33 - Guaratuba

Liberado entrar:

- Material genético;
- Carne fresca;
- Miúdos *in natura* de qualquer espécie animal;
- Linguiça;
- Couro salgado;
- Couro piquelado ou curtido;
- Cascos, chifres e pelos;
- Leite cru destinado ao beneficiamento em indústria com inspeção oficial;
- Animais vivos de qualquer espécie, de Estados livres sem vacinação;
- Bovinos e búfalos de Estados livres com vacinação, para abate imediato em estabelecimentos com inspeção oficial.

Para trânsito pelo Paraná, com destino a outro Estado:

- Carga lacrada;
- Com documentação exigida pelo Mapa;
- Pelas rotas pré-definidas para este trânsito.

Não pode entrar:

- Bovinos e búfalos de Estados livres com vacinação para todas as finalidades, exceto para abate imediato (apenas pelos pontos de ingresso e com a carga lacrada pelo Serviço Veterinário Oficial da origem). A GTA deve conter o número do lacre.

Fonte: Adapar | Infográfico: Sistema FAEP/SENAR-PR

O templo do capitalismo

Ao longo do tempo, a Bolsa de Valores do Brasil deixou para trás a confusão de papéis e corretores ao telefone, símbolo do mercado financeiro, para adotar um pregão totalmente eletrônico

Todo investidor ou mesmo quem não tem ligação com esse tipo de investimento já ouviu, ao menos uma vez, notícias sobre a Bolsa de Valores. Hoje, a bolsa brasileira é conhecida como B3. Mas nem sempre foi assim. Até 2008 era Bovespa, até que em 2017 passou para BM&FBovespa. Num período ainda mais distante, o Brasil tinha diferentes bolsas em diversos estados, como o Paraná e o Rio de Janeiro. Hoje, a sede da B3 está em São Paulo.

Mas a história da Bolsa de Valores tem origem no século retrasado. Em 23 de agosto de 1890, o então presidente Emílio Rangel Pestana fundou a Bolsa Livre. Esse seria, digamos, um rascunho da atual bolsa, claro, consideradas as devidas proporções. A política do encilhamento, um plano econômico infeliz de Ruy Barbosa, no entanto, causou grande crise de crédito e, no fim das contas, a Bolsa Livre fechou as portas em 1891.

Depois dessa derrota, para a então nascente bolsa de valores brasileira, em 1895 nasceu a Bolsa de Fundos Públicos de São Paulo. Finalmente, 40 anos depois, ela foi transferida para o Pa-

lácio do Café, no Pátio do Colégio, no centro da capital paulista. Foi justamente em 1935 que passou a se chamar Bolsa Oficial de Valores de São Paulo. Demoraria mais 32 anos, em 1967, para passar a se chamar de Bovespa, a Bolsa de Valores de São Paulo.

Mas, a Bovespa não era a única bolsa do Brasil naquela época. No início da década de 60, havia uma bolsa de valores por Estado. Eram controladas pelas respectivas secretarias estaduais de finanças. Em meados de 1965, todas elas se desvincularam da coisa pública e passaram a ser associações civis sem fins lucrativos. Ou seja, estavam por conta própria, regulando-se com autonomia financeira e administrativa.

Inversão de papéis

Apesar da B3, em São Paulo, ser a referência nacional hoje, nem sempre foi assim. Durante muito tempo, ela não era a mais importante do país. Na verdade, esse posto era ocupado pela Bolsa de Valores do Rio de Janeiro. Durante a



ditadura militar, houve a crise econômica de 1970 e a Bolsa de São Paulo começou a ganhar destaque cada vez maior.

Em 2000, as duas bolsas, do Rio e de São Paulo, trataram de iniciar a unificação das nove bolsas então ativas no Brasil: Minas-Espírito Santo, Brasília, do Extremo Sul, de Santos, da Bahia-Sergipe-Alagoas, de Pernambuco, da Paraíba, do Paraná e a Bolsa Regional. Ficou acertado que a partir dali as ações seriam todas negociadas na Bovespa. Com a Bolsa do Rio ficaram os títulos públicos, negociados eletronicamente a partir de então.

Momento atual

A partir deste momento, a modernização foi galopante. Na Bovespa, o pregão viva-voz acabou em 2005. Todos os negócios eram feitos por meio dos computadores, da internet. Após todas as mudanças anteriores, em apenas quatro anos outras quatro modificações transformaram a Bovespa no que é atualmente. A partir daí, a bolsa tornou-se totalmen-

te eletrônica. No ano seguinte, iniciou-se o pregão eletrônico 100% doméstico, dando fim a toda aquela confusão de papéis e corretores ao telefone que foi por muito tempo símbolo do mercado financeiro.

Em 2007, ocorreu a abertura de capital da Bovespa, que passou a ter suas ações negociadas também. E, finalmente, em 2008, foi celebrada a união com a Bolsa de Mercadorias e Futuros. A instituição passou a se chamar BM&FBovespa. Os contratos futuros ainda eram negociados no pregão viva-voz, mas isso acabou em 2009.

Atualmente, todas as negociações da bolsa são eletrônicas. Primeiro eram controladas pelo Mega Bolsa e, agora, pelo Puma (Plataforma Unificada Multiativo).

Finalmente, em 2017, a BM&FBovespa se uniu à Cetip, criando-se assim B3 (Brasil, Bolsa, Balcão). Curiosamente, o nome do principal índice da bolsa brasileira permanece o mesmo (Ibovespa – Índice Bovespa), pela popularidade e pelo reconhecimento da marca.



Representante da FAEP assume presidência da Câmara Setorial do Leite do Mapa

Referendado pela ministra da Agricultura, Ronei Volpi tem o desafio de ajudar no desenvolvimento de ações para fortalecer a atividade no Brasil

A Câmara Setorial do Leite e Derivados, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), tem um novo presidente. No dia 20 de janeiro, o presidente da Comissão Técnica de Bovinocultura de Leite da Federação da Agricultura do Estado do Paraná (FAEP), Ronei Volpi, assumiu o posto, referendado pela ministra da Agricultura, Tereza Cristina. Volpi é o primeiro representante da região Sul a presidir a Câmara.

A nomeação rompeu uma dupla tradição. Primeiro, porque o colegiado tinha por praxe estabelecer uma lista tríplice, a partir da qual o Mapa escolhia o presidente. Volpi foi indicado de forma unânime pelo setor. Ainda, a escolha do representante da FAEP colocou a região Sul no cargo mais importante da Câmara, até então ocupado por Rodrigo Alvin, de Minas Gerais.

“Agradeço o apoio de todos que se empenham para fazer a cadeia de lácteos mais forte. Eu só me encorajo a encarar esse novo desafio na Câmara Setorial porque tenho todo esse apoio do setor produtivo como um todo. Me proponho a fazer o

melhor trabalho possível e dedicar todo o meu empenho dentro da Câmara setorial, que se trata de uma instituição com caráter consultivo com canal direto com o Ministério. Temos ainda a vantagem de ter, além da presidência da Câmara, um representante da Aliança Láctea junto conosco”, destaca Volpi.

Atuação

Ao longo da sua atuação, o colegiado desenvolve ações e ajuda o Mapa na formulação de políticas públicas que fortaleçam a atividade. Diante disso, o novo presidente tem, entre outros desafios, a implementação das Instruções Normativas (INs) 76 e 77 do Mapa, que estabelecem critérios para produção e captação de leite cru, pasteurizado e tipo A. Na avaliação do líder do setor, essas normativas vão exigir uma grande organização do segmento, mas podem implicar em avanços a partir do momento em que produtores e indústrias se estruturarem para cumpri-las.



Memória do Campo



Custos da suinocultura

Há dez anos, em 2010, o Boletim Informativo dava grande destaque para uma iniciativa, até então, pioneira: o levantamento dos custos de produção da suinocultura. Na ocasião, o mapeamento foi feito nas regiões Oeste e no Sudoeste do Paraná, abrangendo tanto os produtores independentes (que conduzem a atividade sem compromisso prévio com a agroindústria), quanto os suinocultores independentes (diretamente vinculados ao frigorífico).

O estudo traçou um diagnóstico completo da atividade, dimensionando o número de instalações e de matrizes em cada etapa produtiva, em ambas as regiões. Também foram disponibilizadas as planilhas de custos em cada modalidade, além da análise e perspectiva de produtores do Paraná. Na avicultura, o levantamento começou a ser feito em 2008.

Desde então, o Sistema FAEP/SENAR-PR tem acompanhado de perto os custos de produção da suinocultura e da avicultura. O levantamento é feito em campo, com base em dados fornecidos pelos próprios produtores. Os resultados mais recentes foram publicados em dezembro de 2019 e formam um retrato fiel das respectivas atividades, dando respaldo técnico aos pecuaristas para reivindicarem remuneração mais justa.

Perfil

Volpi é formado em medicina veterinária pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), no Rio Grande do Sul. Hoje é diretor executivo do Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária da Agropecuária do Paraná (Fundeppec).

Três décadas atrás, Volpi começou na atividade leiteira, tornando-se gerente de laticínios da Cooperativa Agroindustrial Witmarsum e iniciando sua própria produção de leite – com gado holandês puro. Como líder do setor, Volpi foi um dos idealizadores do Conselho Paritário de Produtores/Indústrias de Leite do Paraná (Conseleite-PR) – primeiro colegiado deste tipo no país e que trouxe mais transparência à cadeia produtiva do Estado. O líder também esteve à frente da criação da Aliança Láctea Sul-Brasileira, que congrega representantes dos três Estados da região. Além disso, Volpi foi superintendente do SENAR-PR por 18 anos.

Aliança Láctea Sul Brasileira tem novo coordenador

Alexandre Guerra estará à frente da entidade ao longo de 2020, representando o Rio Grande do Sul, um dos três Estados-membro da organização, ao lado de Paraná e Santa Catarina

Em 2020, a Aliança Láctea Sul Brasileira (ALSB) terá como coordenador-geral um gaúcho. Alexandre Guerra, conhecido líder do setor produtivo de leite e derivados em toda a região Sul, estará à frente dos trabalhos da entidade, dando sequência ao tradicional rodízio de coordenadores (na ordem, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul).

Nascido em Carlos Barbosa, interior do Rio Grande do Sul, Guerra deu início a carreira na Cooperativa Santa Clara, como balconista. Neto de produtores de leite, atualmente é o diretor administrativo e financeiro da Santa Clara, sua segunda casa há 40 anos. Guerra é graduado em Ciências Econômicas, pós-graduado em Inteligência Estratégica e Gestão Empresarial. Ainda, Guerra atua no Conseleite, Conagro, diretoria da Fiergs, presidência do Sindilat, eleito por duas gestões (2014-2016 e 2016-2020).

Nesta entrevista exclusiva ao Boletim Informativo, Guerra fala das principais conquistas da ALSB e dos planos e metas que estabeleceu para perseguir durante sua gestão.

Qual sua visão a respeito do papel da Aliança Láctea?

O nosso objetivo como ALSB é fazer com que a região Sul possa aproveitar as oportunidades que o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) vem conquistando, por meio da abertura de novos mercados. Aproveitando a sinergia desses Estados, de forma conjunta com os órgãos competentes (as secre-



Guerra: investimento em tecnologia e luta contra a "assimetria tributária"

tarias da Agricultura, as federações, os sindicatos, os ministérios, órgãos fiscalizadores e entidades), que trabalham em prol da cadeia, é possível elevar a profissionalização do setor. Para isso é preciso investir no uso da tecnologia e tecnificação, aumentar a sanidade dos rebanhos para ter uma melhor qualidade do leite e lutar para minimizar a assimetria tributária brasileira, o que fará com que a região Sul se consolide ainda mais dentro do país. Representamos 35% da produção nacional de lácteos e, em breve, chegaremos a 40%.

Quais conquistas da Aliança podem ser destacadas?

Por meio da Aliança Láctea Sul Brasileira, nós conquistamos o direito de estar presente na Câmara Setorial do Leite e Derivados, em Brasília, para nos manifestarmos sobre o desenvolvimento do setor, inclusive sobre os ajustes realizados nas INs 76 e 77, em 2019. Nestas reuniões, debatemos as pautas que serão levadas ao Mapa, uma vez que a posição da ministra da Agricultura, Tereza Cristina, é que todos os assuntos ligados ao setor sejam discutidos durante os encontros



da Câmara Setorial do Leite e Derivados. A ALSB nos garante uma cadeira nos encontros para defender os interesses dos três Estados em busca do desenvolvimento e abertura de novos mercados tais como China e Egito, além dos desafios acerca do acordo entre Mercosul e União Europeia.

Quais os próximos desafios da Aliança?

Dar continuidade ao trabalho desenvolvido por todos os coordenadores, destacando o esforço conjunto na ma-

nutenção e aprimoramento do Programa Mais Leite Saudável no Brasil, além de trabalhar em busca da evolução, crescimento e desenvolvimento do setor lácteo brasileiro. Outro desafio é trabalhar junto ao governo a fim de obter uma reforma tributária para que o setor lácteo se torne mais competitivo, inclusive, fazendo uso do Programa de Escoamento da Produção (PEP) para que a região Sul consiga escoar a produção excedente, tornando-se uma grande exportadora.

Estão definidas as metas da Aliança Láctea no período

em que você ficará à frente do grupo de trabalho?

Trabalhar a sanidade, qualidade, desenvolvimento do setor e pela reforma tributária para fazer com que o Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná continuem mantendo a liderança no mercado lácteo brasileiro, além de aperfeiçoar o Programa Mais Leite Saudável e valorizar todos os elos da cadeia. A ALSB tem o papel de unir todos os atores do setor (indústria, entidades e governo) em prol do desenvolvimento da cadeia produtiva, respeitando todas as opiniões.

Lácteos têm virada de ano sem grandes sobressaltos

Valor de referência do leite entregue em dezembro, a ser pago em janeiro, fechou em R\$ 1,2749

A virada de ano para o setor de lácteos passou sem grandes sobressaltos em relação à variação de preços. Em reunião do Conselho Paritário Produtores/Indústrias de Leite do Paraná (Conseleite-PR), no dia 21 de janeiro, na sede do Sistema FAEP/SENAR-PR, em Curitiba, os participantes aprovaram o valor de referência para o litro do leite padrão entregue em dezembro, a ser pago em janeiro. O número fechou em R\$ 1,2749, um aumento de 2,33% em relação ao mês anterior, o que equivale a R\$ 0,0290 em valor monetário.

De acordo com o professor José Roberto Canziani, da Universidade Federal do Paraná (UFPR), essa ligeira alta foi

diferente das condições que o mercado costuma apresentar nessa época do ano. “Esse é um período de safra, no qual se tem mais leite em nível de Brasil. Com essa sazonalidade, isso teria que naturalmente indicar menores preços, o que não ocorreu nesse ano”, alerta. “Tivemos sinais de recuperação da economia, a liberação de saques do FGTS e o efeito do 13º salário. Foi constatada uma maior oferta, mas também uma maior demanda, o que explica essa sustentação de preços”, ponderou.

Em relação ao primeiro decêndio de janeiro, que diz respeito ao leite entregue em janeiro a ser pago em fevereiro, a estimativa do Conseleite é

de que o número fique em R\$ 1,2681, leve queda de -0,48% no confronto mês-mês. “Abrimos em 2020 com um valor de referência alto e isso sempre acende uma luz amarela. Se começa com valor nominal alto, ou a economia se recupera e aí você tem uma base de demanda que sustente valores altos para frente ou talvez isso aqui possa não se sustentar. Eu penso, especialmente para os produtores, que essa é sempre aquela hora de manter a cautela”, pontuou a professora Vânia Guimarães, da UFPR.

A Resolução 01/2020 completa está disponível no site conseleitepr.com.br.

VALORES DE REFERÊNCIA DA MATÉRIA-PRIMA (LEITE)

POSTO PROPRIEDADE* - NOVEMBRO e DEZEMBRO/2019

Matéria-prima	Valores finais em Novembro/2019	Valores finais em Dezembro/2019	Variação (Dezembro - Novembro)	
	(leite entregue em Novembro a ser pago em Dezembro)	(leite entregue em Dezembro a ser pago em Janeiro)	Em valor	Em %
Leite PADRÃO (R\$/Litro)	1,2459	1,2749	0,0290	2,33%

VALORES DE REFERÊNCIA DA MATÉRIA-PRIMA (LEITE)

POSTO PROPRIEDADE* - DEZEMBRO/2019 e JANEIRO/2020

Matéria-prima	Valores projetados Dezembro/2019	Valores projetados Janeiro/2020	Variação (Janeiro - Dezembro)	
	(leite entregue em Dezembro a ser pago em Janeiro)	(leite entregue em Janeiro a ser pago em Fevereiro)	Em valor	Em %
Leite PADRÃO (R\$/Litro)	1,2742	1,2681	- 0,0061	-0,48%

Para o leite pasteurizado o valor projetado para o mês de janeiro de 2020 é de **R\$ 2,3637/litro.**

Em função da atualização dos parâmetros técnicos utilizados para os cálculos do valor de referência, a partir de janeiro de 2020, somente será publicado os valores atualizados.

Frigorífico é responsável pela taxa da GTA para abate

A cobrança da Taxa de Fiscalização Sanitária Animal (TFSA), realizada para a emissão de Guias de Trânsito Animal (GTA) para bovinos e bufalinos para abate, tem ocorrido de forma irregular em diversas regiões do Paraná. Alguns pecuaristas têm relatado que frigoríficos estão descontando o valor da taxa de emissão da GTA para animais a serem abatidos do preço pago, prática considerada irregular.

De acordo com o Anexo I da Lei 18.411/2014, a Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar) estabelece que as indústrias devem recolher essa taxa, no momento do fornecimento do relatório mensal dos abates. A taxa referente ao serviço é de 0,03 Unidade Padrão Fiscal do Paraná (UPF/PR) por animal abatido, aproximadamente R\$ 3,14. Ainda, a legislação determina que, para bovinos, cabe ao produtor o pagamento

da taxa apenas para a emissão de GTAs para trânsito interestadual ou para eventos agropecuários, com valores resultados da soma de R\$ 7,04 por GTA e mais R\$ 2,09 por cabeça. Ou seja, conforme a lei, o produtor rural está isento da cobrança de taxa sobre a emissão de GTA para o trânsito de bovinos no Paraná, seja para abate, cria/reprodução, recria ou engorda.

GTA

Os sindicatos rurais do Paraná estão autorizados a emitir a Guia de Trânsito Animal (GTA), fazer registros de vacinação e emitir boletos a produtores rurais. Com a atuação da FAEP, os sindicatos podem executar esses procedimentos em função de um termo de colaboração firmado entre a Federação e a Adapar, em 2018.



INFORME

Veja também no site
www.fundepecpr.org.br

FUNDEPEC - PR | SÍNTESE DO DEMONSTRATIVO FINDO 31/12/2019

HISTÓRICO/CONTAS	RECEITAS EM R\$				DESPESAS EM R\$			SALDO R\$
	REPASSE SEAB		RESTITUIÇÃO DE INDENIZAÇÕES	RENDIMENTOS	TRANSFERÊNCIAS	INDENIZAÇÕES	FINANCEIRAS/BANCÁRIAS	
	1-13	14						
Saldo C/C	289,43	-	-	-	-	-	20,70	268,73
Serviços D.S.A.	403.544,18	-	-	138.681,09	542.225,27	-	-	-
Setor Bovídeos	8.444.549,48	278,44	-	46.321.155,05	-	2.341.952,64	-	52.960.540,75
Setor Suínos	10.323.319,02	2.210.606,80	-	4.785.607,91	-	192.156,99	-	17.127.376,74
Setor Aves de Corte	1.481.958,15	2.342.576,48	-	4.633.043,83	-	-	-	8.457.578,46
Setor de Equídeos	53.585,00	23.737,78	-	179.713,19	-	-	-	257.035,97
Setor Ovinos e Caprinos	123,76	-	-	17.608,66	-	-	-	23.447,27
Setor Aves de Postura	37.102,41	46.905,50	-	225.817,19	-	-	-	309.825,10
Pgto. Indenização Sacrifício de Animais*	-	-	-	-	-	141.031,00	-	(141.031,00)
CPMF e Taxas Bancárias	-	-	-	-	-	-	77.567,43	(77.567,43)
Rest. Indenização Sacrifício de Animais*	-	-	141.031,00	-	-	-	-	141.031,00
TOTAL	20.744.471,43	4.624.105,00	141.031,00	56.301.626,92	542.225,27	2.675.140,63	77.588,13	79.058.505,59
SALDO LÍQUIDO TOTAL								79.058.505,59

Ágide Meneguette
Presidente do Conselho Deliberativo

Ronei Volpi
Diretor Executivo

Simone Maria Schmidt
Contadora | CO-CRC/PR-045.388/0-9

Risco desnecessário

Além de ser crime, uso de produtos agroquímicos ilegais pode comprometer a produção, a saúde do produtor e a integridade do meio ambiente



No início de novembro de 2019, uma operação coordenada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) fiscalizou centenas de propriedades no Paraná, com o objetivo de combater o uso de defensivos agrícolas ilegais. Batizada como Westcida, a operação teve suas ações focadas nas regiões Oeste e Sudoeste do Estado. A ação resultou em mais de seis toneladas de agroquímicos ilegais apreendidos, R\$ 1 milhão em multas e nove pessoas presas.

A operação revelou uma situação perigosa: o uso de produtos irregulares, sejam piratas (falsificados), contrabandeados ou produtos sem registro no Brasil. Ainda, além de ser crime, muitos agricultores acabam se expondo em busca de uma economia pontual (e ilusória), arriscam a própria atividade, a saúde e o meio ambiente.

Segundo o auditor-fiscal federal agropecuário do Mapa, Marcelo Bressan, existem duas categorias principais de produtos ilegais. A primeira inclui os contrabandeados, que vem de outros países e podem não ter registro no Brasil. “Para reconhecer essa categoria, a característica mais marcante é o rótulo em língua estrangeira. Além disso, os produtos não têm registro no Mapa”, orienta Bressan.

A segunda categoria é a dos produtos falsificados, que tentam imitar um similar já existente no Brasil. “Esse é mais difícil de pegar, pois a falsificação é muito bem-feita. Ainda, a pessoa que age em um determinado lugar não volta mais, pois o produto não funciona. A operação [Westcida] não pegou nenhum tipo [desse produto]”, observa o auditor do Mapa.

Crime

O produtor que adquire esses produtos está cometendo um crime previsto na Lei Federal 7.802, de 1989. Podendo também ser enquadrado em contrabando e na lei de crimes ambientais, Art. 334-A do Código Penal e Art. 56 da Lei Federal 9.605/98, respectivamente. Quem comete esses crimes está sujeito a penas de reclusão de dois a quatro anos, além de pesadas multas, que podem chegar a R\$ 2 milhões.

Desta forma, além de um risco desnecessário – para o usuário, para a comunidade e para o meio ambiente –, essa prática ilegal não se justifica do ponto de vista econômico. Apesar de caros, os defensivos agroquímicos não respondem pela maior parcela do custo de produção, e colocam em risco todo o investimento de uma lavoura. Ou seja, o produtor tem pouco a ganhar e muito a perder.

Confira algumas dicas antes de adquirir agroquímicos:

- Consulte sempre um engenheiro agrônomo;
- Utilize apenas produtos registrados no Mapa e cadastrados na Adapar;
- Compre apenas de comerciantes registrados na Adapar;
- Desconfie de produtos vendidos muita abaixo do preço de mercado;
- Verifique se produto com rótulo em outro idioma está cadastrado para uso no Brasil.

Denúncias

Esses tipos de crimes podem ser denunciados por meio das ouvidorias do Mapa (www.agricultura.gov.br/ouvidoria) e da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar) (www.adapar.pr.gov.br). “A denúncia pode até ser anônima. O importante é constar a localização, se é numa propriedade agrícola, uma revenda ou se uma pessoa está distribuindo o produto ilegal”, adianta o fiscal de defesa agropecuária da Adapar, João Miguel Tosado.

Conselho dos Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado do Paraná/ **CONSECANA-PR**

RESOLUÇÃO Nº 10 - SAFRA 2019/20

Os Conselheiros do Consecana Paraná, reunidos no dia 27 de dezembro de 2019, na sede da Alcopar, na cidade de Maringá, atendendo aos dispositivos disciplinados no Capítulo II do Título II do seu Regulamento, aprovam e divulgam o preço do ATR realizado em dezembro de 2019 e a projeção atualizada do preço da tonelada de cana-de-açúcar básica para a safra de 2019/20, que passam a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2020.

Os preços médios do Kg do ATR, por produto, obtidos no mês de dezembro de 2019 conforme levantamento efetuado pelo Departamento de Economia Rural e Extensão da Universidade Federal do Paraná, são apresentados a seguir:

PREÇO DO ATR REALIZADO EM DEZEMBRO DE 2019 - SAFRA 2019/20 (PREÇOS EM REAIS À VISTA)

PREÇO DOS PRODUTOS - PVU (SEM IMPOSTOS)

Produtos	Mês		Acumulado	
	Mix	Preço	Mix	Preço
AMI	1,68%	50,39	1,35%	51,64
AME	39,78%	58,17	37,99%	51,14
EAC - ME	0,00%	-	0,67%	2.018,36
EAC - MI	24,95%	2.166,76	20,27%	1.937,81
EA - of	0,04%	2.344,10	0,04%	2.089,33
EHC - ME	0,72%	2.147,39	0,17%	2.032,23
EHC - MI	29,87%	1.985,21	38,39%	1.725,02
EH - of	2,97%	1.972,10	1,12%	1.815,82
obs: EAC - ME + MI + of	24,98%	2.167,01	20,97%	1.940,63
EHC - ME + MI + of	33,56%	1.987,51	39,68%	1.728,88

PREÇO LÍQUIDO DO ATR POR PRODUTO

Produtos	Mês		Acumulado	
	Mix	Preço	Mix	Preço
AMI	1,68%	0,5714	1,35%	0,5855
AME	39,78%	0,6622	37,99%	0,5822
EAC - ME	0,00%	-	0,67%	0,7101
EAC - MI	24,95%	0,7623	20,27%	0,6818
EA - of	0,04%	0,8212	0,04%	0,7351
EHC - ME	0,72%	0,7885	0,17%	0,7462
EHC - MI	29,87%	0,7289	38,39%	0,6334
EH - of	2,97%	0,7241	1,12%	0,6667
Média		0,7084		0,6242
obs: EAC - ME + MI + of	24,98%	0,7624	20,97%	0,6828
EHC - ME + MI + of	33,56%	0,7298	39,68%	0,6348

PROJEÇÃO DE PREÇO DA CANA-DE-AÇÚCAR - MÉDIA DO PARANÁ - SAFRA 2019/20 (PREÇOS EM REAIS À VISTA)

PREÇO DOS PRODUTOS - PVU (SEM IMPOSTOS)

Produtos	Mix	Média
AMI	1,16%	51,64
AME	38,42%	50,99
EAC - ME	0,57%	2.018,36
EAC - MI	22,10%	1.977,88
EA - of	0,03%	2.089,33
EHC - ME	0,14%	2.032,23
EHC - MI	36,63%	1.690,32
EH - of	0,96%	1.775,36

PREÇO LÍQUIDO DO ATR POR PRODUTO

Produtos	Mix	Média
AMI	1,16%	0,5855
AME	38,42%	0,5804
EAC - ME	0,57%	0,7101
EAC - MI	22,10%	0,6959
EA - of	0,03%	0,7351
EHC - ME	0,14%	0,7462
EHC - MI	36,63%	0,6398
EH - of	0,96%	0,6667
Média		0,6296

PROJEÇÃO DO PREÇO DA CANA BÁSICA R\$/TON 121,9676 Kg ATR

	CAMPO	ESTEIRA
PREÇO BÁSICO	68,75	76,79
PIS/COFINS	-	-
TOTAL	68,75	76,79

Maringá, 27 de dezembro de 2019

DAGOBERTO DELMAR PINTO/ Presidente

ANA THEREZA DA COSTA RIBEIRO/ Vice-presidente



INDIANÓPOLIS

PÁ CARREGADORA

O Sindicato Rural de Cianorte promoveu o curso “Trabalhador na operação e na manutenção de pá carregadora - NR 31.12”, entre os dias 9 e 13 de setembro de 2019. O instrutor Eraldo Moreira da Silva treinou nove pessoas.



RANCHO ALEGRE

MULHER ATUAL

A instrutora Devanilde Alves Arias capacitou 28 mulheres dentro do Programa Mulher Atual, organizado pelo Sindicato Rural de Uraí. Os encontros ocorreram entre 10 de setembro e 12 de novembro de 2019.



PALOTINA

AGRICULTURA DE PRECISÃO

Entre os dias 3 e 5 de outubro do ano passado ocorreu o curso “Trabalhador volante da agricultura - agricultura de precisão”, promovido pelo Sindicato Rural de Palotina. O instrutor Mauro Moreira dos Santos ministrou aulas para 13 alunos do curso de Agronomia da UFPR - Setor Palotina.



LUPIONÓPOLIS

INTRODUÇÃO À INFORMÁTICA

Um grupo de 11 pessoas participou do curso “Programa de Inclusão Digital - Introdução à informática”, organizado pelo Sindicato Rural de Centenário do Sul. Ministradas pelo instrutor Thiago Eiras Fernandes da Silva, as aulas ocorreram entre 7 e 11 de outubro do ano passado.



UBIRATÃ

APLICAÇÃO DE AGROTÓXICOS

O Sindicato Rural de Ubatatã promoveu o curso “Trabalhador volante da agricultura - aplicação de agrotóxicos - NR 31.8”, nos dias 9, 10 e 11 de outubro de 2019. O instrutor Carlos Eduardo de Angeli treinou 12 pessoas.



PRESIDENTE CASTELO BRANCO

TRATORISTA AGRÍCOLA

Entre os dias 11 e 23 de outubro de 2019, o instrutor João Shinobu Tamai capacitou oito pessoas dentro do curso “Tratorista agrícola - operação de tratores e implementos - NR 31.12”. A capacitação foi organizada pelo Sindicato Rural de Mandaguaçu.



SÃO JOSÉ DOS PINHAIS

DERIVADOS DE PESCADO

Nos dias 14 e 15 de outubro do ano passado ocorreram as aulas do curso “Produção artesanal de alimentos - derivados de pescado” para 10 pessoas. O instrutor da capacitação organizada pelo Sindicato Rural de São José dos Pinhais foi Frederico Leonneo Mahnic.



NOVA LONDRINA

TRATORISTA AGRÍCOLA

O Sindicato Rural de Nova Londrina organizou o curso “Tratorista agrícola - operação de tratores e implementos - NR 31.12”. O grupo de oito pessoas teve aulas com o instrutor Rodrigo Ferrari Reus entre os dias 14 e 18 de outubro de 2019.

VIA RÁPIDA

Leite condensado



O leite condensado foi desenvolvido na França, em 1827, com a finalidade de reduzir volume do leite e também para durar mais, pois na época não havia os meios de conservação e nem processo de pasteurização. Somente com a Guerra de Secessão dos Estados Unidos, em 1865, que o produto se tornou popular, sendo usado como alimento para os soldados por ser prático, fácil de carregar em latas e possuir um alto teor calórico.

Gavião-real



O gavião-real é uma das maiores espécies de águias do mundo. Com o *habitat* natural em florestas tropicais, a ave se encontra na Amazônia e em pequenos trechos da Mata Atlântica. O gavião-real pode chegar a 9 quilos e medir até 105 centímetros de comprimento.

E a Velha Zelândia?

Zelândia ainda existe. É a parte mais ocidental da Holanda e quer dizer, literalmente, “terra do mar” (“sea land”, em inglês). Como vários arquipélagos da Oceania foram colonizados pelos holandeses, as novas terras eram batizadas em homenagem às suas províncias de origem. Inclusive, pioneiros arriscaram batizar a maior dessas ilhas (Austrália) de Nova Holanda. Mas não deu certo.



Selênio

Este mineral é essencial para a nossa saúde, pois é responsável por eliminar antioxidantes no corpo, causadoras de câncer, doenças cardiovasculares e até Alzheimer, além de aumentar a imunidade. Para obter a quantidade diária necessária deste santo componente, basta comer uma única castanha-do-pará.

Cerveja x chopp

A diferença entre as duas quase não existe, pois se trata da mesma bebida. A cerveja é envasada em garrafas ou em latas e passa pelo processo de pasteurização para aumentar a sua validade. Já o chopp é servido do barril direto no copo.



Areia Verde

Nas Ilhas Galápagos, arquipélago pertencente ao Equador, existe uma praia cuja areia é verde. Isso acontece porque a formação das ilhas é de origem vulcânica e cristais de olivina, pedra de tom esverdeado presente nas rochas da praia. Com o tempo, a pedra solta magma do cone vulcânico que vai parar na areia da praia Papakolea, dando sua cor incomum.



UMA SIMPLES FOTO



Las bolas

Até hoje pedras esféricas espalhadas pela Ilha de Caños, na Costa Rica, intrigam arqueólogos. Estima-se que elas foram esculpidas por volta do ano 600 pela cultura Diquís, que viveu na região, posteriormente extinta com a colonização espanhola. Elas foram descobertas em 1939, podem chegar a 2 metros de diâmetro e pesar até 15 toneladas.



Cofre de sementes

Localizado em uma montanha na Noruega, o cofre de sementes funciona como um depósito de mais de 1 milhão de espécies de plantas. Inaugurado em 2008, a estrutura foi criada a fim de resguardar as futuras gerações em casos de desastres naturais em larga escala e/ou de mudanças climáticas.



BOLETIM NO RÁDIO

O PODCAST SEMANAL DO SISTEMA FAEP/SENAR-PR

*PODCAST É UM
PROGRAMA
DE RÁDIO VIA
INTERNET QUE
VOCÊ PODE OUVIR
NAS SEGUINTE
PLATAFORMAS:*



Facebook
Sistema Faep



Youtube
Sistema Faep



Spotify
Sistema Faep



Aplicativo
Sistema Faep



Site
sistemafaep.org.br

SISTEMA FAEP



Acesse a versão digital deste informativo:

sistemafaep.org.br

• **FAEP** - R. Marechal Deodoro, 450 | 14º andar | CEP 80010-010 Curitiba-PR | F. 41 2169.7988 |
Fax 41 3323.2124 | sistemafaep.org.br | faep@faep.com.br

• **SENAR-PR** - R. Marechal Deodoro, 450 | 16º andar | CEP 80010-010 Curitiba - PR | F. 41 2106.0401 |
Fax 41 3323.1779 | sistemafaep.org.br | senarpr@senarpr.org.br

Siga o Sistema FAEP/SENAR-PR nas redes sociais



Endereço para devolução:

Federação da Agricultura do Estado do Paraná
R. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar
CEP 80010-010 - Curitiba - Paraná

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> Mudou-se | <input type="checkbox"/> Falecido |
| <input type="checkbox"/> Desconhecido | <input type="checkbox"/> Ausente |
| <input type="checkbox"/> Recusado | <input type="checkbox"/> Não Procurado |
| <input type="checkbox"/> Endereço Insuficiente | |
| <input type="checkbox"/> Não existe o nº indicado | |
| <input type="checkbox"/> Informação dada pelo
porteiro ou síndico | |

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Em ____/____/____
Em ____/____/____ Responsável